

Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)



Ano I | Nº. 35 | Quarta-feira, 19 de outubro de 2022

Olá! Este é mais um informativo da nova fase do tradicional Cejur Notícias, agora com a participação ativa das coordenações temáticas, em edição quinzenais. A vez, nesta edição, é da Coordenação Cível (COCIV), que apresenta rico material sobre suas atividades e sobre as matérias que lhe diz respeito. Para repercutir este informativo, haverá na próxima quarta-feira, dia 26/10, às 10h, como tem acontecido sempre, Encontro Temático com a COC transmitido pelo canal do Youtube da DPRJ. Uma boa leitura para todas e todos.

INTERNAS

COCIV e NUDECON emitem comunicado sobre o Aviso TJCEDS nº 12/2022 referente à Águas do Rio e à CEDAE



Destaca-se a intimação da Águas do Rio para cumprimento de algumas obrigações impostas à CEDAE por sentença transitada em julgado. Leia [aqui](#). Acesse o modelo de petição [aqui](#).

Comunicado sobre atribuições do Núcleo de Engenharia Legal e orientações às/aos usuárias/os

O Núcleo atende todo o Estado e também realiza a avaliação de imóveis e benfeitorias. É imprescindível fornecer o contato atualizado da/o usuária/o para agendar as visitas. Leia o comunicado, clique [aqui](#).



Criação de bancos de quesitos para auxílio na produção de prova pericial



A Coordenação elaborou bancos de quesitos para auxílio em processos que necessitem de prova pericial. Os quesitos foram reunidos por temas em arquivos editáveis, para que sejam selecionados apenas aqueles pertinentes a cada caso concreto, com eventual adequação do texto. Os documentos são enviados via lista de transmissão e inseridos no acesso restrito, na aba Coordenadorias – Cível - Modelos. Já estão disponíveis os quesitos de [TOI](#), [responsabilidade civil](#), [fornecimento de água](#), [direitos de vizinhança](#), [perícia grafotécnica](#) e [ações demarcatórias](#).

Alteração do Provimento CGJ 92/2021, fruto da atuação coordenada e estratégica de defensoras(es)

Foi incluída ressalva, permitindo a remessa de processos envolvendo cálculo de ITD à contadoria judicial em casos de gratuidade de justiça. Saiba mais [aqui](#). Leia a alteração [aqui](#). Sobre o tema, foram emitidas orientações pela Coordenação, disponíveis [aqui](#).



Lista de transmissão da Coordenação Cível



A COCIV criou lista de transmissão para divulgação de comunicados, jurisprudência, novidades legislativas, teses, modelos, entre outros. Podem participar Defensoras/es, Servidoras/es e Residentes. Para ser incluída(o) na lista, é necessário: 1) Salvar o contato da Coordenação Cível (21 96526-4473). 2) Enviar uma mensagem via WhatsApp solicitando a inscrição, informando o nome completo e o vínculo com a Defensoria. A lista inclui todos os temas afetos à Coordenação Cível, incluindo direito de família. Para solicitar a participação e salvar o contato da COCIV, clique [aqui](#).

COCIV divulga compilado de jurisprudência temática 2022

Até o momento, foram disponibilizados os temas [Família](#), [Registros Públicos](#), [Responsabilidade Civil](#), [Usucapião](#), [Possessórias](#) e [Contratos Bancários](#). Os compilados estão disponíveis no acesso restrito e são enviados periodicamente na Lista de Transmissão da COCIV no WhatsApp.



Calculadoras Jurídicas



Em evento de lançamento e capacitação realizado no dia 18 de agosto de 2022, foram apresentadas três das calculadoras já desenvolvidas para auxílio às defensoras e defensores: casos cíveis, honorários advocatícios e execução de alimentos. As calculadoras são acessadas por meio do sistema Verde. Saiba mais sobre suas funcionalidades e dados de utilização [aqui](#). Acesse o evento de lançamento e capacitação [aqui](#).

Defensoria do Rio impede que Águas do Paraíba cobre débitos em novas faturas

A Águas do Paraíba S/A, concessionária responsável pelo fornecimento de água e tratamento de esgoto no município de Campos dos Goytacazes, está proibida de cobrar tarifas atrasadas há mais de 90 dias em faturas atuais dos consumidores. A decisão judicial responde a uma ação movida pela DPRJ ainda em 2017. Confira [aqui](#).



Cartilha lançada pelo CNJ sobre superendividamento contou com participação da Defensoria



Publicação visa aperfeiçoar procedimentos relacionados ao superendividamento, devido às recentes alterações no Código do Consumidor. Saiba mais clicando [aqui](#). Confira a cartilha [aqui](#).

Projeto da DPRJ atendeu 355 casos de investigação de paternidade

Mais 350 casos de investigação de paternidade já foram atendidos pelo “Minha Origem Nossa História” desde a sua implantação. Esse foi apenas um dos números apresentados no evento que debateu os impactos do projeto, na sede da Defensoria do Rio. Implantada em fevereiro de 2021, a iniciativa é voltada para as pessoas que se submetem aos exames de DNA para reconhecimento de paternidade realizados pela instituição. Confira [aqui](#). Também como parte do projeto, a Defensoria e o Clube de Regatas Vasco da Gama fizeram mutirão para reconhecimento de paternidade. A ação foi realizada, no estádio de São Januário. Confira [aqui](#).



Golpe do consignado: DPRJ recebe casos de aposentados e pensionistas



Prática aproveita-se da vulnerabilidade de idosos para ofertar falsa portabilidade de empréstimos com juros mais baixos. Confira notícia do atendimento da Defensoria [aqui](#).

DPRJ é contra uso empresarial de dados disponíveis em processos

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro manifestou-se contrariamente ao uso livre e sem finalidade lucrativa dos dados de pessoas envolvidas em processos judiciais por empresas privadas no Brasil. O tema é debatido no Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento que tramita sob a relatoria da Ministra Carmen Lúcia. A DPRJ requereu habilitação como *Amicus Curiae* no processo, que tem impacto na vida de mais de 70 milhões de pessoas. Confira [aqui](#).



I Jornada de Direito Notarial e Registral do CJF



Consta no acesso restrito publicação provisória contendo os 82 enunciados aprovados na I Jornada de Direito Notarial e Registral do CJF, ocorrida nos dias 4 e 5 de agosto de 2022. Acesse [aqui](#).



DOCTRINA RECOMENDADA

Aspectos controvertidos sobre herança digital - Aline de Miranda Valverde Terra, Milena Donato Oliva e Filipe Medon



O artigo ora recomendado discute interessante caso relativo à denominada herança digital, julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Trata-se da Apelação Cível 1119688-66.2019.8.26.0100, de relatoria do desembargador Francisco Casconi, da 31ª Câmara de Direito Privado, julgada por unanimidade. Leia o artigo [aqui](#).



JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Composse e requisitos da decisão judicial de reintegração de posse

Para o STJ, na hipótese de composse, a decisão judicial de reintegração de posse deverá atingir de modo uniforme todas as partes ocupantes do imóvel configurando-se caso de litisconsórcio passivo necessário. REsp 1.811.718-SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por unanimidade



julgado em 02/08/2022, DJe 05/08/2022 (Info 743). Confira [aqui](#).

Direito à desindexação não se confunde com o direito ao esquecimento

Para o STJ, a determinação para que os provedores de busca na internet procedam à desvinculação do nome de determinada pessoa, sem qualquer outro termo empregado, com fato desabonador a seu respeito dos resultados de pesquisa não se confunde com o direito ao esquecimento, objeto da tese de repercussão geral 786/STF. Processo em segredo judicial, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, por maioria, julgado em 21/06/2022, DJe 30/06/2022. (Info 743). Confira [aqui](#).



Direito ao esquecimento e matéria jornalística com fatos verídicos



Para o Superior Tribunal de Justiça, o direito ao esquecimento não justifica a exclusão de matéria jornalística. [REsp 1.961.581-MS](#), Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 07/12/2021, DJe 13/12/2021.

Natureza jurídica do bloqueio de dinheiro via Bacen Jud

Para o STJ, o CPC/2015 não alterou a natureza jurídica do bloqueio de dinheiro via Bacen Jud, permanecendo a natureza acautelatória e a necessidade de comprovação dos requisitos para sua efetivação em momento anterior à citação. REsp 1.664.465-PE, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 02/08/2022. (Info 743). Confira [aqui](#).



Decisão sobre habilitação do crédito no inventário desafia recurso de agravo de instrumento



Para o STJ, a decisão referida no artigo 643 do CPC, que diz respeito à habilitação de crédito no inventário, não coloca fim ao processo de inventário, por isso deve ser impugnada por agravo de instrumento, conforme a regra prevista no parágrafo único deste artigo, que determina que "Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário." REsp 1.963.966-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 03/05/2022, DJe 05/05/2022. (Info 744). Confira [aqui](#).

Cabimento da cumulação das medidas executivas de coerção pessoal e de expropriação no âmbito do mesmo procedimento executivo na cobrança de obrigação alimentar

Para o STJ, na cobrança de obrigação alimentar, é cabível a cumulação das medidas executivas de coerção pessoal e de expropriação no âmbito do mesmo procedimento executivo, desde que não haja prejuízo ao devedor nem ocorra qualquer tumulto processual. Processo sob segredo judicial, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 09/08/2022. (Info 744). Confira [aqui](#).



Direito ao recebimento de indenização equivalente aos aluguéis proporcionais ao seu quinhão após a cessação do comodato

Por unanimidade, entendeu o STJ que o condômino privado do uso do imóvel cedido em comodato terá direito ao aluguel proporcional ao seu quinhão do imóvel se o comodatário que faz uso exclusivo do bem não desocupar no prazo final estipulado no contrato. REsp 1.953.347-SP, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 09/08/2022. (Info 745). Confira [aqui](#).



Abusividade da rescisão do contrato de plano de saúde pela operadora com fundamento na inadimplência quando da notificação o consumidor não mais se encontra inadimplente

Para o STJ, é abusiva a rescisão do contrato de plano de saúde pela operadora com fundamento na inadimplência, se quando da notificação exigida pela Lei n. 9.656/1998 o consumidor não mais se encontra inadimplente, tendo adimplido todas as parcelas devidas com correção monetária e juros de mora. REsp 2.001.686-MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 16/08/2022, DJe 18/08/2022 (Info 746). Confira [aqui](#).



Imóvel doado com cláusula temporária de inalienabilidade e o regime da comunhão universal de bens



Para o STJ, nas hipóteses em que encerrada a convivência *more uxorio*, mas ainda não decretado o divórcio, o bem gravado com cláusula de inalienabilidade temporária não integra o patrimônio partilhável. Processo sob sigredo de justiça, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 24/05/2022, DJe 31/05/2022 (Info 748). Confira [aqui](#).

Vedação da exclusão de cobertura na hipótese de sinistros ou acidentes decorrentes de atos praticados pelo segurado em estado de insanidade mental, de alcoolismo ou sob efeito de substâncias tóxicas

Para o STJ, nos seguros de pessoas, é vedada a exclusão de cobertura na hipótese de sinistros ou acidentes decorrentes de atos praticados pelo segurado em estado de insanidade mental, de alcoolismo ou sob efeito de substâncias tóxicas. REsp 1.999.624-PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Rel. Ac. Min. Raul Araújo, Segunda Seção, por maioria, julgado em 28/09/2022. (Info 751). Confira [aqui](#).



Retomada da posse direta por adquirente de imóvel objeto de contrato de locação



Para o STJ, para a retomada da posse direta por adquirente de imóvel objeto de contrato de locação, o rito processual adequado é o da ação de despejo, sob pena de malferir o direito de terceiro que regularmente ocupa o bem. REsp 1.864.878-AM, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 30/08/2022, DJe 05/09/2022. (Info 751). Confira [aqui](#).



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Lei 14.454/2022, que estabelece critérios para a cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar - O texto altera a Lei 9.656/98, destacando-se os parágrafos 12 e 13, incluídos no artigo 10 da referida lei. Confira [aqui](#).

Lei nº 14.382/22, que efetiva o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp) - Dentre suas disposições, a lei 14.384/22 alterou a Lei de Registros Públicos, entre outros, nos seus artigos 56 e 57, no que diz respeito à possibilidade de alteração do prenome após atingida a maioridade civil. Confira [aqui](#). A Coordenação destacou alterações relevantes em comunicado disponível [aqui](#).

Programa de Educação Continuada

Atenção aos cursos disponíveis em nossa plataforma para todas as pessoas que integram a DPRJ. Acesse pelos links indicados abaixo. E para conferir todo o conteúdo da plataforma clique em www.pec.defensoria.rj.def.br.



Aula inaugural do Ciclo Formativo em Direitos Digitais e Proteção de Dados Pessoais – A primeira aula do curso, destinado a lideranças populares, teve como tema "entendendo mais sobre proteção de dados". Saiba mais [aqui](#). Assista [aqui](#).



Evento “Os Impactos do Projeto Minha Origem, Nossa História” – O evento foi transmitido no canal do YouTube da Defensoria e contou com a palestra da Professora da UERJ, Anna Paula Uziel. Para acessar, clique [aqui](#).



Lançamento e Capacitação sobre Calculadora Jurídica – o evento, promovido pela COCIV em parceria com o Cejur, já se encontra disponível no PEC. Para acessar, clique [aqui](#).

Colabore com o “CEJUR + COORDENAÇÕES TEMÁTICAS”

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para secjur@defensoria.rj.def.br

Muito importante sua participação!

